

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v21i38.1177>

**“A MATANÇA DE CÃES” OU “A EPIDEMIA CACHORRAL”:** a imprensa de Taubaté, a ordem vigente e a política municipal quanto aos animais em meados do segundo reinado<sup>1,2</sup>

**“THE KILLING OF DOGS” OR “THE CANINE EPIDEMIC”:** Taubaté’s press, the Existing Order, and Municipal Politics Regarding Animals in the Mid-Second Reign

**LA “TUERIE DE CHIENS” OU « L’EPIDEMIE CANINE »:** les journaux de Taubaté, l’ordre établi et la politique municipale relative aux animaux au milieu du deuxième royaume

LUIZ CARLOS VILLALTA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4460-424X>

Doutor em História pela USP, PPGHIST/Universidade Estadual do Maranhão

São Luís, MA, Brasil

[luizvillalta@gmail.com](mailto:luizvillalta@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo centra-se no embate travado em jornais sobre o morticínio de cães em Taubaté, província de São Paulo, em 1863, apresentando os argumentos do fiscal da Câmara municipal que o comandou e as posições de munícipes, que eram seus críticos ferrenhos. Por fim, discute como o “mundo animal” inspirou análises sobre as relações travadas pelos seres humanos entre si, procurando mostrar a homologia observada entre o trato da questão animal e a compreensão sobre a ordem política e social vigente, especialmente sobre os vadios.

**Palavras-chave:** Jornais. Animais. Ordem social.

**Abstract:** This article focuses on the debate in newspapers about the killing of dogs in Taubaté, province of São Paulo, in 1863, presenting the arguments of the City Council’s inspector who commanded it and the positions of citizens who were his fierce critics. Finally, it discusses how the “animal world” inspired the analyses of the relationships established by human beings among themselves, seeking to show the homology observed between the treatment of animal issues and the understanding of the established political and social order, especially over the vagrants.

**Keywords:** Newspapers. Taubaté. Animals. Social order.

**Résumé:** Cet article se concentre sur l'affrontement dans les journaux autour de la tuerie des chiens à Taubaté, dans la province de São Paulo, en 1863, en présentant les arguments de l'inspecteur municipal qui l'a ordonné et les positions des habitants qui étaient ses plus fervents détracteurs. Il discute la manière dont le « monde animal » a inspiré les analyses des relations entre les êtres humains, cherchant à montrer l'homologie observée entre le traitement de la question animale et la compréhension de l'ordre politique et social en vigueur, spécialement sur les oisifs.

**Mots clés:** Journaux. Animaux. Ordre social.

Entre fins de abril e maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi destruído por um desastre ambiental. Chuvas, inundações, mortes de seres humanos e animais (os

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em janeiro de 2024 e aprovado para publicação em junho de 2024.

<sup>2</sup> Uma versão inicial deste texto foi publicada nos *Anais do 12 Simpósio Nacional de História* (Anpuh-Brasil), realizado em São Luís, Maranhão, em julho de 2023.

*outros* animais!), destruição da flora e de lavouras somaram-se às perdas materiais, na cidade e no campo (Macedo, 2024). A tragédia, indissociável de crise climática global e de erros humanos, com destaque para os administradores públicos nacionais (Ruschel, 2024), comoveu o país, mobilizando governos, entidades privadas e pessoas. As mídias, de todos os tipos, povoaram-se de imagens da desgraça, nem sempre isentas de manipulações e de configurarem fake news (Matsuki, 2024). Nessas imagens, além da violência, do volume e da força das águas, das destruições de toda sorte de infraestrutura, sobressaiu o desespero das vítimas, humanos e... de *outros* animais! Sim, animais ganharam a ribalta, talvez como nunca se tinha visto antes na história do Brasil.

Entre os animais, o cavalo Caramelo foi o grande protagonista (Gonçalves, 2024). Não o foi, porém, de modo isolado, pois os coadjuvantes também causaram grande comoção: inúmeros cães e gatos, mas, igualmente, porcos e bois mobilizaram indivíduos e grupos organizados, empenhados em resgatá-los. A mobilização gerada pelo cavalo Caramelo, em surpreendente resistência no telhado de uma casa, foi impressionante. Janja Lula da Silva, a primeira-dama do país, engajou-se no seu salvamento (Dornelas, 2024). Talvez por isso, a situação suscitou uma ampla discussão (Fraguito, 2024), na qual uma questão foi bastante presente: *seria correto carrear tantos recursos e tanto engajamento para resgatar animais, não os concentrando nos seres humanos?* A polêmica em torno do tema irradiou-se das mídias sociais à imprensa, escrita e audiovisual, inscrevendo-se num debate em que a relação dos homens com os animais era objeto, mas não só e *principalmente ela*: a natureza, os mecanismos e os fins das relações entre os seres humanos, em sociedade e como membros de um Estado, roubaram a cena. Em defesa dos esforços empreendidos para se socorrer o cavalo Caramelo, chegou-se a argumentar que não se tratava apenas de salvá-lo, mas também a um ícone, um símbolo, do estado do Rio Grande do Sul e do povo gaúcho (Haesbaert, 2024), ambos marcados por ligações estreitas com os cavalos. Tudo isso mostra que as relações dos humanos com os demais animais possuem uma grande complexidade, remetendo às formas de pensar pelas quais os homens concebem e organizam a si mesmos, ou seja, são objetos de conjuntos interligados de representações.

Este artigo focaliza o embate travado sobre o morticínio de cães em jornais de Taubaté, província de São Paulo, em 1863, centrando-se na análise de representações que ordenam as relações dos homens com os *outros* animais, sobretudo em suas interligações com aquelas que se voltam para as relações estabelecidas quanto aos homens, em si mesmos, em sociedade. Nesta análise, como se vê, o conceito de representação é essencial. Ele será utilizado conforme as elaborações de Roger Chartier. Entendem-se as representações como

esquemas mentais, por meio dos quais se apreende e se aprecia o mundo social (e, ainda, animal, acrescentemos), as suas divisões e o seu devir. Elas se particularizam conforme os grupos que as elaboram, têm desdobramentos prático-estratégicos (do que se pode inferir também uma correspondente materialidade), inscrevendo-se numa dada perspectiva sobre o que deve ser o futuro (Chartier, 1990, p. 17; Chartier, 2011). Neste artigo, ressaltou-se, parte-se da interligação entre, por um lado, os ordenamentos feitos das relações dos homens entre si e, por outro, aqueles estabelecidos sobre as relações dos últimos com os animais, buscando-se mostrar que o “mundo animal” inspirou análises sobre as relações travadas entre os seres humanos. Com isso, aqui, aproxima-se da perspectiva adotada por Natascha Ostos, que, em seu estudo sobre a União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, buscou olhar não tanto os “animais em si”, mas os “[...] aspectos culturais, sociais e políticos envolvidos na construção de práticas e discursos sobre os bichos e na interação homem-animal” (Ostos, 2017, p. 299).

*As fontes: ‘O Taubateense’ e ‘O Paulista’*

As fontes usadas neste artigo são dois jornais publicados na cidade de Taubaté, em 1863, ambos encontrados no Arquivo Histórico Municipal Félix Guisard Filho, do referido município: *O Taubateense* e *O Paulista*.

*O Taubateense*, um hebdomadário, que, eventualmente, teve mais de um número por semana, trouxe, em sua primeira edição, o nome de Antônio Gomes de Araújo como o seu editor<sup>3</sup>. Nessa edição inaugural, o jornal se apresentou como “pacífico, unicamente literário, noticioso, agrícola e comercial. Para a Política, aqui, como no Inferno do Dante, *acaba-se toda a esperança*. Lá, de saírem os condenados; aqui, de entrarem os políticos”<sup>4</sup>. Declarou visar aos melhoramentos materiais da cidade, aos seus reclamos, que seriam feitos “a tempo e honestamente” e, ainda, dar atenção para: “O templo que desaba, o pobre que precisa de caridade, a verdade que às vezes carece de quem a proclame, o mérito inglório, votado ao ostracismo; enfim, o belo e o útil terão sempre aqui um bom acolhimento”<sup>5</sup>.

Percorrendo-se as páginas do jornal *O Taubateense*, nos anos 1861-1863, percebe-se uma preocupação evidente com questões relativas às estradas, às cadeias, à indústria, ao trabalho (sempre louvado, em oposição à ociosidade), à usura, à economia, ao progresso. Nota-se, igualmente, um vínculo permanente com a religião e uma obediência à monarquia.

---

<sup>3</sup> *O Taubateense*, n. 1, 29 ago. 1761. p. 1.

<sup>4</sup> *O Taubateense*, n. 1, 29 ago. 1761. p. 1.

<sup>5</sup> *O Taubateense*, n. 1, 29 ago. 1761. p. 1.

Assim, identifica-se que o periódico seguia uma visão hierárquica do mundo, em que Deus está no centro, vindo depois o homem e, em seguida, os animais.

O periódico trazia notícias sobre eleições e anúncios de dentistas, professores e escolas, assim como de livros de evidentes usos no ensino, tais como: “Reflexões sobre a vida humana por Francisco de Paula Lemos”; “Thesouro de Meninas (Livro Bonna) ou diálogos entre uma sábia aia e suas discípulas, por M.m. Leprince de Beaumont”; “Catecismo de Montpellier, Novíssima edição à qual se juntou um Compendio de Orthographia portuguesa, um resumo de Arithmética e um tratado de Geografia Universal, em 4 vol, encadernado”; “Thesouro de Meninos, obra clássica dividida em três partes moral, virtude e civilidade....”; “Escudo admirável, ou torre fortíssima para os males da vida”, com seus respectivos preços<sup>6</sup>. Informava sobre festas, espetáculos teatrais; acerca do luto, de casamento, de namoro, de nomeação de professor – como, por exemplo, José Vicente d’Almeida Aymberê<sup>7</sup> – e o aniversário da “Academia de S. Paulo”, isto é, a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco<sup>8</sup>. Não perdia de vista a festa de Carnaval, nem assuntos mais sóbrios, como a reforma judiciária. Em vários números, trouxe uma seção intitulada “Chronologia”, o que demonstrava ter algum interesse pela História. Enfim, tratava-se de um periódico afinado com a ordem imperial e que noticiava fatos do dia a dia de diferentes naturezas, da política à educação, da cultura à vida social e, ainda, alcançando a História, em relação à qual se deve destacar sua crença no progresso.

O primeiro número arquivado de *O Paulista* é datado de 5 de outubro de 1862, e, ao que tudo indica, a sua primeira edição. Nele, figura como redator Antônio Joaquim Daniel do Prado. Na página inicial do jornal, veem-se informações sobre as modalidades de assinatura (com selo, por ano e por semestre) e seus respectivos valores. Registram-se informações sobre a periodicidade e a subscrição, além de esclarecer-se a respeito das responsabilidades quanto aos textos publicados:

Publica-se às quintas-feiras e subscreve-se na Tipografia Popular rua Direita n. 38. Aceita[m]-se correspondências e comunicados escritos com a devida decência e competentemente responsabilizados; o preço das publicações será previamente contratado. A redação responsabiliza-se apenas pelos seus artigos. Os anúncios serão publicados a 80 réis por linha. Números avulsos 200 réis<sup>9</sup>.

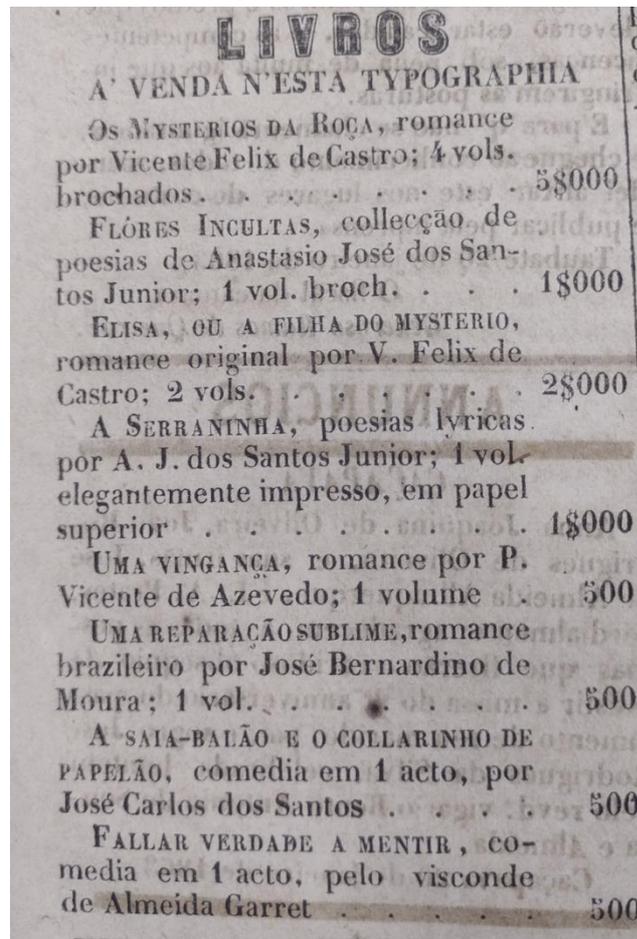
<sup>6</sup> *O Taubateense*, n. 33, 31 ago. 1862. p. 4.

<sup>7</sup> *O Taubateense*, n. 32, 23 ago. 1862. p. 3.

<sup>8</sup> *O Taubateense*, n. 33, 31 ago. 1862. p. 1.

<sup>9</sup> *O Paulista*, n. [1], 5 out. 1862.

Figura 1 - Anúncio



de livros à venda

Fonte: O Paulista (1863)<sup>10</sup>

Na supracitada edição do jornal, há as seguintes seções: “O Paulista”, que corresponde aos editoriais; “Miscelânea”, onde se veem poemas, anagramas etc.; “Publicações a pedido”; e “Anúncios”. Noutros números, outras seções, tais como: “Notícias”; “Exterior”, que, no geral, contêm notícias sobre o exterior; “Variedades”, “Comunicado”, “Binóculo” e “Literatura”. Há, ainda, pequenas imagens que funcionam como ícones, como, por exemplo, no caso de anúncios de escravos fugidos ou de notas funerárias, ou, ainda, de animais à venda (seção em que se vê a imagem de um cavalo). Em 1872, o jornal transformou-se em “Órgão republicano”, indicando uma virada em sua orientação política, até então afinada com a monarquia.

<sup>10</sup> *O Paulista*, Taubaté, n. 23, 19 jan. 1863, p. 4.

*O Paulista* abria espaço para a polêmica sobre vários assuntos, trazendo diversos textos, de procedências distintas. Nessas polêmicas impressas, citam-se outros jornais, com os quais se travavam frequentes diálogos, como é o caso do próprio *O Taubateense*. Nos anúncios, encontram-se os que versam sobre negros fugidos, aulas, escolas, teatro e propriedades rurais de diferentes tipos. Alguns problemas coevos candentes ganharam as páginas do jornal, sendo exemplos a Questão Christie, questões sobre educação, o papel dos clérigos, temas religiosos e, também, os “vadios” e a matança dos cães por autoridades com base em postura municipal. As polêmicas estendem-se às correspondências dos leitores. Num dos números, defendeu-se a criação de uma nova província que reunisse comarcas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O jornal trazia notícias referentes aos municípios vizinhos, como Paraibuna, S. Bento do Sapucaí, Guaratinguetá, Jacareí e Caçapava, ou mesmo sobre outras províncias e o exterior. Personagens e fatos da História figuram como uma de suas temáticas, como foi o caso de Gutemberg e da invenção da imprensa, presentes na edição mais antiga encontrada no arquivo, ou as referências sobre a Independência do Brasil e as comemorações dessa grande efeméride nacional.

Em suas páginas, veem-se assuntos mais amenos, como os festejos de Carnaval e a sua programação; ou, ainda, anúncios de livros à venda (**Figura 1**) e sobre o Colégio de S. João Evangelista Taubaté, de educação de meninos, instalado na chácara do Sr. José Francisco Monteiro, em cujo currículo havia “História Sagrada, geral e pátria”<sup>11</sup>, ou notícias sobre personagens importantes da época, como Teófilo Benedito Ottoni, louvado como patriótico mineiro<sup>12</sup>.

Como se verá nas próximas duas seções deste artigo, ambos os jornais fizeram análises densas sobre a escravidão, a vadiagem e a insurreição escrava, assim como se detiveram no exame da “matança de cães”, ocorrida em Taubaté, em 1863, sob a égide da boa ordem e da higiene municipais.

#### *Perspectivas de análise: o enquadramento da matança e da “epidemia cachorril”*

A presença de animais domésticos no espaço urbano luso-brasileiro foi objeto de atenção por parte das autoridades públicas desde ao menos os fins do século XVIII. Anteriormente, em 1798, em Coimbra, em Portugal, já tinham acontecido conflitos em torno das medidas disciplinadoras e higienizadoras tomadas por Diogo Inácio Pina Manique, então

---

<sup>11</sup> *O Paulista*, n. 97, 12 nov. 1862. p. 3.

<sup>12</sup> *O Paulista*, n. 97, 12 nov. 1862. p. 1.

Intendente Geral de Polícia, contra os animais, que perambulavam sem controle pelas ruas da cidade, onde as casas se achavam infestadas por “malignas febres”, situação agravada por estar “cada vez mais a grassar maior tropel” daqueles animais<sup>13</sup>. Posições referenciadas em critérios sanitários e urbanísticos, de fato, foram adotadas pelas autoridades desde então e, ao mesmo tempo, reações em contrário deram-se por parte dos súditos.

Transitando entre Portugal e Brasil, Francisco de Mello Franco, grande pensador das Luzes luso-brasileiras, nascido em Paracatu, Minas Gerais, e formado em medicina pela Universidade de Coimbra, publicou, em 1819, um livro centrado na higiene e na conservação da saúde. Na obra, o autor ecoou princípios, que fazem pensar em *Emílio ou da Educação* (1762), de Jean-Jacques Rousseau<sup>14</sup>, obra que conheceu ainda quando estudante na cidade do Mondego e em que se percebe o anseio do filósofo de educar Emílio, o seu pupilo imaginário, no campo, longe dos criados, dos maus costumes das cidades, por ele compreendidas como “abismo da espécie humana”<sup>15</sup>. Mello Franco, com efeito, engastou as suas preocupações com a higiene em uma compreensão maior sobre as sociedades e as relações entre campo e cidade na história dos Estados, exaltando a simplicidade e condenando o luxo, o fogo das paixões e a ambição das grandes cidades. Assim, em seu livro, sustentou que:

[...] é sempre inseparável das grandes mui populosas Sociedades a degeneração dos primeiros hábitos singelos e virtuosos. Povoando-se as Cidades excessivamente, pouco e pouco ficam ermos os campos; e nelas se ateia o fogo das paixões mais violentas. A insaciável ambição, o desmedido aferro às riquezas, as solapadas intrigas, o luxo, a intemperança tudo alteram e tudo perturbam. Chega a desordem a ponto de parecer mais um enorme ajuntamento de inimigos, que de consócios. *O mesmo prodigioso aumento dos habitantes das populosas cidades produz gravíssimos males físicos. O ar se corrompe e fica pouco próprio para a conservação da saúde. Os diferentes ofícios e ocupações, quase todos sedentários, concorrem em grande parte para o enfraquecimento das constituições e degeneração da espécie*<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> ANTT-IGP (Arquivos Nacionais da Torre do Tombo – Lisboa, Portugal), Intendência Geral de Polícia, Livro 5, 1795-1799. p. 178-179.

<sup>14</sup> ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

<sup>15</sup> ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 41 e 94.

<sup>16</sup> FRANCO, Francisco de Mello. *Elementos de Hygiene, ou dictames theoreticos, e practicos para conservar a saúde, e prolongar a vida publicado por ordem da Academia Real das Sciencias pelo seu sócio Francisco de Mello Franco*. 2 ed. Lisboa: Typografia da Academia, 1819. Grifo próprio. Sobre este livro e seu autor, ver: Massimi (1991, p. 88-89); Martins (1977-1978, v. 1, p. 522 e 464-469); Nunes (2011, p. 70-76); e Villalta (2015, p. 152-166).

No Brasil, a preocupação com a higiene por parte da administração pública evidencia-se, pelo menos, desde a chegada da Corte, em 1808. Paulo Fernandes Viana, Intendente Geral de Polícia do Rio de Janeiro, em 1810, conforme correspondência do Conde de Aguiar, ministro de d. João, ao Juiz de Fora da nova Corte, apresentou uma representação “sobre a irregularidade e arbitrária Edificação que se vai fazendo nas Ruas Novas” da cidade. Na representação do Intendente, endossada pelo Conde, solicita-se que:

[...] o Senado da Câmara procure quanto for possível emendar este erro, fazendo, que as Ruas, que de novo se abrirem, sejam mais largas e conformes ao Novo Plano, para nelas se edificarem Edifícios Regulares e de uma só e igual Simetria para cada uma das Ruas Novas, deixando-se, no arruamento que se projetar, algumas Praças, o que não só embeleza a Cidade, *mas contribui muito para a Saúde da População*; estabelecendo-se a este respeito uma regra certa e invariável, a fim de se evitar, que cada um edifique a Seu arbítrio, aonde e como bem lhe parecer<sup>17</sup>.

O *Reverbero Constitucional Fluminense*, periódico do Rio de Janeiro, em 26 de fevereiro de 1822, ao publicar um texto em que ironizava certas decisões das Cortes constituintes de Lisboa, trouxe um indício da interiorização de certas práticas de higiene pelas gentes de então, mais precisamente pelos eleitores da Corte, convocados às eleições pelo vice-ouvidor da comarca. Esse indício, ressaltado, não aparece sem ambiguidade e um tom de ironia e de contestação e, além disso, traz claramente uma aversão ao despotismo das autoridades políticas, referido, não por acaso, com a metáfora “osso... que nos dão a roer”, que remete ao mundo animal:

Acontece, porém, que em dias de dezembro, discorre por toda esta Província um ofício do ilustre Vice-Ouvidor da Comarca chamando todos os eleitores a esta Capital. *Muitos, com medo da Higiene, tomam vomitórios e purgantes*; mas [n]a maior parte, obedientes à voz da Pátria, a quem devem sacrificar fortuna e sangue, concorrem diligentes. Decorridos, porém, alguns dias, são despedidos atrás da porta e dizem que o Ilustre Magistrado, para os não incomodar, incumbira alguns que o foram bajular: — Digam aos seus colegas que se voltem, porque não são precisos. — *Ora digam-me, agrada-lhes esta marra? Não lhes parece ainda um osso do Despotismo, que nos dão a roer?*<sup>18</sup>.

Menos de um ano antes, em 29 de abril de 1821, o *Conciliador do Maranhão*, jornal ludovicense, trazia uma convocação do Juiz de Fora João Candido de Deus e Silva, de

<sup>17</sup> AGUIAR, Conde de. Correspondência do Conde de Aguiar ao Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro. *Registro de Avisos e Ofícios – notas dos livros da Corte*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 8 out. 1810. p. 55-5V, grifo próprio.

<sup>18</sup> *Reverbero Constitucional Fluminense*, n. 16, 26 fev. 1822. p. 289, grifo próprio)

Piracuraca, dirigida aos “Habitantes do Sertão” em 14 de dezembro do ano anterior<sup>19</sup>. Ele os convocava a se vacinarem contra as “bexigas” (a varíola), despindo-se de “todos os sustos” e de “todos os temores” e, assim, levando todos os familiares e “fâmulos” à Vila da Parnaíba para se vacinarem. Conclamava-os a dar uma “segunda vida” aos filhos, alertando-os sobre a impropriedade dos temores relativos à vacina<sup>20</sup>. Acrescentava que isso fora feito pelo rei d. João VI, pelos príncipes, princesas e infantes, assim como pelos “povos” na “Corte do Rio de Janeiro”; o monarca ordenara até mesmo que a vacinação ficasse disponível “duas vezes na semana”<sup>21</sup>. No entendimento do Juiz de Fora, todos estes que se sujeitavam a vacinar-se, realizando “tão saudável operação”, alcançavam a ventura de serem felicitados<sup>22</sup>.

Várias décadas depois, nos idos de 1863, em meados do Segundo Reinado, na cidade de Taubaté, na Província de São Paulo, a imprensa denunciou uma “matança de cães” sucedida no município. À época, se a higienização e a disciplinarização urbanas mostravam a sua importância, outra questão central dizia respeito à mão de obra, em razão da Lei Eusébio de Queirós (1850) e da consequente proibição do tráfico negreiro e, igualmente, das pressões inglesas para que o Império abolisse a escravidão, do que a Questão Christie<sup>23</sup>, um conflito diplomático estabelecido entre Brasil e Inglaterra, foi um dos episódios, por sinal insistentemente abordado por *O Paulista*<sup>24</sup>. O trabalho tornava-se um tema ainda mais

---

<sup>19</sup> SILVA, José Candido de Deos e. Proclamação. *O Conciliador do Maranhão*, n. 5, 29 abr. 1821. p. 40. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749524/38> Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>20</sup> SILVA, José Candido de Deos e. Proclamação. *O Conciliador do Maranhão*, n. 5, 29 abr. 1821. p. 40. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749524/38> Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>21</sup> SILVA, José Candido de Deos e. Proclamação. *O Conciliador do Maranhão*, n. 5, 29 abr. 1821. p. 40. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749524/38> Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>22</sup> SILVA, José Candido de Deos e. Proclamação. *O Conciliador do Maranhão*, n. 5, 29 abr. 1821. p. 40. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749524/38> Acesso em: 15 maio 2024.

<sup>23</sup> Trata-se de conflito político-diplomático entre Brasil e Grã-Bretanha eclodido entre fins de 1862 e inícios de 1863, mas cujas origens remontavam aos anos anteriores, recuando ao menos ao Act Aberdeen, lei aprovada pelo parlamento britânico em 1845 que concedia à marinha real o direito de apreender qualquer navio envolvido com o tráfico de escravos no Atlântico sul. Sua denominação relaciona-se a William Dougal Christie, embaixador inglês no Brasil a partir de 1859, cuja atuação marcava-se pela prepotência, pelo gosto pelo confronto com as autoridades brasileiras e pelos atritos com representantes de outros países no Brasil (Graham, 1962, p. 119-123). A ele, opôs-se Miguel Calmon du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes, ministro das relações exteriores do Brasil desde 1862. Aparentemente, o conflito teria se originado em dois episódios: o saque à embarcação Prince of Wales, ocorrido em junho de 1861 quando de seu naufrágio nas costas do Rio Grande do Sul, com suspeita de assassinato de sua tripulação (Graham, 1962, p. 127-135) e, depois, o aprisionamento de três oficiais ingleses do navio Forte, no Rio de Janeiro, em 1862 (Graham, 1962, p. 383-384; Youssef, 2018). A isso, sucedeu-se, em 1º de janeiro, represália do governo britânico, com o aprisionamento de 12 embarcações brasileiras pela Marinha Real Britânica na Baía de Guanabara (Youssef, 2018, p. 3). As reais motivações das ações britânicas, porém, estavam na preocupação com a escravidão brasileira, a sorte dos emancipados e o tráfico de escravos (Graham, 1962, p. 397; Youssef, 2018, p. 3).

<sup>24</sup> Em novembro de 1863, *O Paulista* saiu em defesa da soberania do Império e, na realidade, da manutenção da escravidão: “Desde o descobrimento do Brasil, até hoje, estamos de quando em quando – sendo insultados e saqueados: e qual a vingança ou reparação de nossos direitos, que já pusemos em prática? Pois bem, agora, que estamos desfeiteados na dignidade e na algebeira, e que a Inglaterra desfruta a presa, é que devemos, com toda

fundamental, também devido aos avanços da campanha abolicionista e à necessidade de encontrar formas de substituir a escravidão pelo trabalho livre

Nesse contexto, um fiscal da prefeitura de Taubaté matou a esmo cães que circulavam na cidade, em teoria em obediência ao artigo 36 das posturas municipais de 20 de abril de 1854. Nos jornais *O Taubatéense* e *O Paulista*, da imprensa taubateana, o morticínio gerou protesto. As ações higienistas e disciplinadoras do funcionário municipal foram objeto de muitas críticas, que ora partiam do princípio da defesa dos animais, ora, o mais comum, do princípio da defesa da propriedade (animais sem dono, vadios, que vagam livremente pelas ruas, *sim*, poderiam ser alvos das ações dos fiscais, mas não os que tinham donos e eram bem cuidados). As críticas, além disso, reforçavam a ilegalidade da matança.

O sucedido na cidade de Taubaté em 1863, então das mais importantes do Vale do Paraíba paulista, lembra remotamente o que se passou ao final da década de 1730, em Paris, na gráfica de Jacques Vincent, na Rua Saint-Séverin. Ali, deu-se um grande massacre de gatos, protagonizado por aprendizes de oficinas, conforme texto seminal de Robert Darnton (Darnton, 1996). A matança foi uma reação dos aprendizes, que viviam sob más condições, dormindo em quartos gelados e sombrios e comendo comida podre, até mesmo restos deixados por gatos, e que, além disso, eram maltratados na oficina por seus patrões. Os gatos, à época, tinham se tornado objeto de paixão de alguns burgueses proprietários de oficinas, um dos quais, dono de 25 gatos, alimentava-os com aves assadas, elegendo-os para serem pintados em quadros (Darnton, 1996, p. 103-104). Os gatos da oficina da rua Séverin, em específico, diferentemente dos aprendizes, recebiam melhor alimentação e, entre eles, uma gata cinza era distinguida com cuidados especiais da patroa. Ao mesmo tempo, eles desassossejavam os trabalhadores com seus ruídos noturnos, impedindo-os de dormir (Darnton, 1996, p. 104-105). O aprendiz Séveillé, hábil imitador de vozes e gestos, primeiramente, por várias noites, subiu, de telhado em telhado, até chegar no de seus patrões, atormentando-os e à vizinhança com ruídos infernais, supostamente feitos por gatos, dando margem à notícia de que se tratava de um sabá ou de rituais de feitiçaria (Darnton, 1996, p. 104-105). Exauridos, como os seus trabalhadores em suas noites, os patrões ordenaram-lhes que se livrassem dos gatos, dando-lhes margem para fazerem uma grande matança, que sequer poupou a gata cinza, a predileta da patroa (Darnton, 1996, p. 136-139). Enfim, a matança foi um acontecimento, que traduziu um embate dos trabalhadores por melhores sono,

---

a calma de ofendido de juízo, tratarmos de colocarmos em posição de não vendermos tão barato, como até aqui, nossa honra e dinheiro: cumpre que cada um dos brasileiros medite qual o meio da Nação se por a salvo de tais insultos: falem ou escrevam, muitos, e se escolha o melhor” (*O Paulista*, n. 98, 8 nov. 1863. p. 1).

comida e trabalho. Todavia, ela também foi orientada pelos conflitos existentes entre os trabalhadores e os seus patrões, em meio às transformações observadas nas oficinas, com a eliminação das menores e a constituição de uma oligarquia de mestres, ao mesmo tempo em que se deterioravam as condições de trabalho (Darnton, 1996, p. 108). Porém, como explica Robert Darnton, foi um acontecimento, que, igualmente, ligava-se com certas práticas sociais, com destaque para as *copies*, encenações burlescas com base em acontecimentos ocorridos, feitas para causar riso e empolgar os que as assistiam, ou, ainda, as narrativas comumente elaboradas pelos tipógrafos sobre suas vidas (Darnton, 1996, p. 107). Remetia, também, ao distanciamento cultural existente entre o burguês e os trabalhadores (Darnton, 1996, p. 112-113), aos ciclos rituais (como, por exemplo, os do Carnaval e de São João Batista) e ao simbolismo popular, em que os gatos figuravam como vítimas de torturas e maus tratos (Darnton, 1996, p. 113-115). Os gatos, por fim, desde o Egito Antigo, despertam um misterioso fascínio entre os humanos, além de se verem mergulhados numa ontologia, a qual os confunde com eles e/ou que ressalta a animalidade dos homens. Os gatos e outros animais, justamente pela ambiguidade ontológica, entre o humano e a animalidade, seriam associados a tabus em certas culturas (Darnton, 1996, p. 120-121). Em todas essas possibilidades, fica claro que as relações dos humanos com os gatos, como animais domésticos, eram permeadas por outras relações, em alguns casos referentes a homens e animais e, noutros, exclusivamente humanas, sociais e culturais.

O mesmo Robert Darnton recupera um ensinamento de Claude Lévi-Strauss, o de que os “[...] animais são bons para pensar” (Darnton, 1996, p. 120). O célebre antropólogo francês, ao debruçar-se sobre o fenômeno totêmico, analisou a relação estabelecida entre grupos humanos e determinadas espécies vegetais e animais, buscando esclarecer “[...] por que os reinos animal e vegetal oferecem uma nomenclatura privilegiada para denotar o sistema sociológico, e que relações lógicas existem entre o sistema denotativo e o sistema denotado” (Lévi-Strauss, 1980, p. 104). Ele dialogou com as análises de Alfred Radcliffe-Brown, Henri Bergson e Jean-Jacques Rousseau, que veem “[...] na apreensão que o homem tem da estrutura ‘específica’ do mundo animal e vegetal a fonte das primeiras operações lógicas, e, subsequentemente, a de uma diferenciação social que só pode ser vivida por ter sido concebida” (Lévi-Strauss, 1980, p. 174). Em meio à sua análise, Lévi-Strauss afirma que “[...] as espécies não são escolhidas [no totemismo] por serem ‘boas para comer’, mas por serem ‘boas para pensar’” (Lévi-Strauss, 1980, p. 165-166).

Essas considerações de Lévi-Strauss embasam um dos pontos de partida deste artigo, já apresentado em suas páginas iniciais: a ideia de que as relações que estabelecemos

com animais (e vegetais), ou que visualizamos entre eles, servem-nos para o ordenamento que imprimimos ao nosso próprio mundo social. Mas cumpre, ainda, apresentar outro ponto de partida fundamental: a compreensão de que, no mundo ocidental, com destaque para a França e para a Inglaterra, desde o século XVIII, desenvolveu-se uma nova sensibilidade em relação aos animais, por vezes embasada em textos teológicos e na própria Bíblia. Conforme Regina Horta Duarte:

Cavalos, cães, gatos e outros passaram a ser vistos como criaturas a serem protegidas e mesmo amadas. Tal movimento alcançaria resultados ao longo do século XIX, quando foram votadas as primeiras leis referentes aos animais e criadas as primeiras sociedades de proteção, que exigiam métodos mais brandos para o adestramento de cavalos, o fim das brigas de galos e da prática de açulamento de animais (Duarte, 2002, p. 101).

Por tudo isso, as relações estabelecidas com os cães na Taubaté da segunda metade do século XIX, como se verá, serão compreendidas como similares às observadas na Europa, em específico, na Paris de inícios do século XVIII (nesse caso, com relação aos gatos). Na referida cidade valeparaibana no Oitocentos, os cães, como os gatos na Paris Setecentista, despertavam afetos e, inversamente, ações odiosas, por parte de humanos. Ao mesmo tempo, tal como na capital francesa, eram apreendidos segundo uma ótica, que versava sobre relações eminentemente travadas entre seres humanos. Fica claro, ainda, que, em Taubaté, as relações estabelecidas entre os animais eram usadas como metáforas ou como termos de analogias para se pensarem sobre relações humanas. Assim, para a Taubaté dos idos de 1863, os ensinamentos de Lévi-Strauss também se aplicam no que ele traz de mais essencial e elementar: os “animais” e, dentre eles os cães, eram “bons para pensar”. Quanto a isso, ressalte-se, a cidade não era nada original. Tais representações, se não são universais, aparecem com muita frequência entre os ocidentais, a exemplo de uma análise sobre as relações entre metrópoles e colônias, feita pelo abade Raynal quase um século antes. Para esse filósofo das Luzes francesas, a “unidade” entre as metrópoles e as colônias é como “aquela dos imbecis animais da fábula, entre os quais” as metrópoles reservaram para si “o papel do leão”<sup>25</sup>. Antes mesmo do século XVIII, como mostra Keith Thomas, na Inglaterra de inícios da Época Moderna, ao lado das ideias segundo as quais os animais haviam sido criados para servir aos homens e não teriam direitos (Thomas, 1989, p. 24-26), faziam-se analogias entre os ordenamentos humano e animal: “A criação bruta proporcionava o ponto de referência

---

<sup>25</sup> RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *A Revolução da América*. Trad. de Regina Clara Simões Lopes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. p. 83.

mais acessível para o contínuo processo de autodefinição humana. Sem serem iguais ao homem, nem completamente diferentes, os animais ofereciam uma reserva quase inesgotável de significados simbólicos” (Thomas, 1989, p. 48).

*A ordem social na imprensa taubateana nos idos de 1863: a “vadiagem”, o trabalho e a escravidão*

O tratamento dispensado pelos dois periódicos taubateanos aos animais nos idos de 1863 tem correlações com aquele que davam aos “vadios” e, por consequência, ao trabalho e aos escravos. Ao mesmo tempo, a abordagem desses últimos temas, particularmente o da vadiagem, por vezes valeu-se de termos ou situações, que remetem ao mundo animal. Por essa razão, ao abordar a “matança de cães” promovida em 1863 e noticiada em Taubaté, à época, por dois de seus periódicos, é indispensável informar sobre o tratamento dispensado às questões do trabalho, da vadiagem e da escravidão.

Na mesma época em que se denunciava a “matança de cães”, de fato, *O Taubateense* discutia a questão da vadiagem, da presença de “vadios” nas ruas da cidade, defendendo o uso de medidas corretivas<sup>26</sup>. *O Paulista* também criticava os “vadios”<sup>27</sup>. Essa preocupação com os vadios, ressalve-se, não era uma especificidade dos jornais de Taubaté. Por exemplo, em 9 de dezembro de 1861, o *Diário de Pernambuco*, no texto intitulado “Luiz do Rego e a posteridade”, com o subtítulo “Estudo Histórico sobre a revolução pernambucana de 1817”, exprimia zelo pela questão, ao fazer um apanhado da administração do último governador da capitania. Com isso, remontava-a a fins do período colonial. O texto sublinhava os “notáveis melhoramentos” que a pública administração de Pernambuco recebeu “do general Luiz do Rego Barreto”<sup>28</sup>. Inicialmente, falava que:

Reprimindo o crime, que acoroçoado pela impunidade, erguia orgulhosa frente, usou, para servir-nos das suas próprias expressões, de meios mais assemelhados aos militares, restabelecendo com prontidão a segurança que parecia, como já vimos, haver abandonado a província<sup>29</sup>.

<sup>26</sup> *O Taubateense*, n. 76, 11 jul. 1863. p. 2-3.

<sup>27</sup> *O Paulista*, n. 47, 26 abr. 1863. p. 1.

<sup>28</sup> LUIZ DO REGO e a posteridade: Estudo Histórico sobre a revolução pernambucana de 1817. *Diário de Pernambuco*, n. 0285-2, 9 dez. 1861. p. 8. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/029033\\_04/5311?pesq=%221817%22](http://memoria.bn.br/docreader/029033_04/5311?pesq=%221817%22) Acesso em: 12 maio 2024.

p. 8.

<sup>29</sup> LUIZ DO REGO e a posteridade: Estudo Histórico sobre a revolução pernambucana de 1817. *Diário de Pernambuco*, n. 0285-2, 9 dez. 1861. p. 8. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/docreader/029033\\_04/5311?pesq=%221817%22](http://memoria.bn.br/docreader/029033_04/5311?pesq=%221817%22) Acesso em: 12 maio 2024.

Em seguida, após citar as realizações do governador em termos de estradas e do porto do Recife, tratava das providências que tomou quanto aos vadios, afirmando que ordenou que fossem “remetidos ao arsenal de guerra”, que tinha por “benemérito”, então, o coronel Raymundo José da Cunha Mattos: “[...] a chusma de meninos vadios, que sem eira, nem beira, infestavam as ruas do Recife; de cuja providência resultou aprenderem eles ofícios que lhes asseguraram, na idade viril, honesta e folgada subsistência”<sup>30</sup>. O mesmo governador, ademais, cuidou também da higiene do Recife: “Nem o embelezamento da capital escapou à solicitude do general, determinando que se arrancassem os mouriscos postifos substituindo-os pelas rótulas e grades de ferro, com sensível vantagem para higiene e o bom gosto”<sup>31</sup>.

Laura de Mello e Souza, em *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, uma referência fundamental nos estudos sobre a “vadiagem” no Brasil, após discorrer sobre a pobreza e o combate à “vagabundagem” na Europa na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, volta-se para a predileção pelo uso do termo “vadiagem” (ausência de trabalho) na legislação em Portugal, em detrimento do termo “vagabundagem”. Sublinha que tal privilegiamento denota uma preocupação centrada no perigo representado “pela ausência de trabalho”, ficando em segundo plano o “caráter anejo do desocupado (vagabundagem)” – (Souza, 1986, p. 56). A citada historiadora, ademais, identifica as diversas facetas assumidas pelo “vadio” no período colonial e, ainda, aquilo que era comum a todas elas:

Trabalhador esporádico, homem desprovido de dinheiro, criminoso, ladrão, sublevado, revoltoso e até mesmo potentado dissidente, eis algumas das conotações assumidas pelo vadio colonial. Apesar da imprecisão, pode-se, na maior parte das vezes, identificar vadio e homem pobre expropriado, mesmo que para isso seja necessária uma leitura cuidadosa das fontes (Souza, 1986, p. 65).

A supracitada historiadora explica que o vadio era vomitado “[...] por um sistema que simultaneamente o criava e o deixava sem razão de ser”, vislumbrando, entre os muitos tipos de vadios, “[...] o mulato que não desejava mourejar ao lado do negro” (Souza, 1986, p. 66) – e, pensando em específico no Segundo Reinado, à galeria de vadios, podemos ajuntar os escravos alforriados que não queriam ser confundidos com aqueles que permaneciam no

---

<sup>30</sup> LUIZ DO REGO e a posteridade: Estudo Histórico sobre a revolução pernambucana de 1817. *Diário de Pernambuco*, n. 0285-2, 9 dez. 1861. p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/029033\\_04/5311?pesq=%221817%22](http://memoria.bn.br/docreader/029033_04/5311?pesq=%221817%22) Acesso em: 12 maio 2024.

<sup>31</sup> LUIZ DO REGO e a posteridade: Estudo Histórico sobre a revolução pernambucana de 1817. *Diário de Pernambuco*, n. 0285-2, 9 dez. 1861. p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/029033\\_04/5311?pesq=%221817%22](http://memoria.bn.br/docreader/029033_04/5311?pesq=%221817%22) Acesso em: 12 maio 2024.

cativoiro nem encontravam lugar no mundo dos homens livres, que afigurava aos seus olhos ainda mais hostil devido à chegada dos colonos imigrantes. Mello e Souza, ainda, aponta as formas de uso dadas aos “vadios” pelas autoridades no período colonial: integrar as entradas, expedições que penetravam nos sertões; trabalhar nos “presídios”, instituições criadas em terras remotas para impedir o avanço de índios, frequentemente dedicando-se à agricultura e com presença de índios catequizados; atuar como membros das polícias privadas controladas por potentados locais; povoar áreas de fronteiras e de expansão territorial; e serem recrutados para as milícias e corpos militares (Souza, 1986, p. 71-90). Deve-se ressaltar que essa última utilidade dos “vadios”, a de integrar forçadamente tropas militares oficiais, permaneceu no período imperial, como mostra Regina Faria. Segundo essa historiadora, no recrutamento das tropas, que teve uma primeira regulamentação por meio de Instruções datadas de 1822, em razão de várias isenções incorporadas ao longo do tempo, “[...] o alistamento forçado recairia basicamente sobre aqueles homens classificados como vadios e mendigos” (Faria, 2007, p. 113). O uso do recrutamento forçado para disciplinar os “vadios”, como se verá adiante, seria defendido por *O Taubateense*. Com o império (na província de São Paulo, já a partir de 1835), foram criados os cargos de prefeitos e subprefeitos, que assumiram parte das atribuições dos juizes de paz, dentre elas, respectivamente: “[...] fazer destruir quilombos e coitos de malfeitores e evitar que se formem” e “[...] remeter ‘os que se conhecerem vadios e sem meios de subsistência aos juizes de paz, para procederem a respeito, na forma da lei’” (Faria, 2007, p. 79-82).

*O Paulista* fez críticas aos “vadios” em abril de 1863, retomando uma discussão iniciada em edição anterior. Essa retomada se deu quando o jornal veiculou um “Comunicado” sobre duas tentativas de insurreição escrava em Taubaté, datadas de 1854 e 1862 e, portanto, contadas a *posteriori*. Os detalhes dessa narrativa de 1863, posterior às duas insurreições, mostram, por um lado, a traição de um escravo como a chave para a derrota da revolta de 1854 e, por outro, o grande temor, por parte dos senhores, em relação à ocorrência de revoltas dos escravizados. O texto, além disso, traz as balizas fundamentais, que orientavam uma compreensão, senão hegemônica, ao menos socialmente enraizada, sobre o trabalho no geral, sobre a relação entre senhor e escravo, e, ainda, em específico, sobre o trabalho escravo e os vadios<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863, p. 3.

Intitulado “Insurreição”, o texto era assinado por a “Espora do galo”<sup>33</sup>. O codinome utilizado alude, explicitamente, ao mundo animal (aos galináceos), mais especificamente à espóra, dedo dos galos, que não toca no chão e que lhes serve de instrumento de defesa. Com esse codinome, que reporta ao mundo animal e, deduz-se, à disposição para o combate de quem o invoca, o autor faz um relato sobre uma tentativa de insurreição escrava fracassada em Taubaté em 1862. Ademais, reporta a outro ensaio de rebelião, igualmente malogrado na mesma cidade, datado de 1854. Ao remontar a narrativa a esse movimento anterior, de 1854, centra-se em Antônio, o escravo pardo, que possibilitou o seu desbaratamento, e em seus descaminhos. Escravo “do falecido vigário”, Antônio,

[...] não obstante ser cativo, veio incontinenti denunciar ao seu senhor a perversidade do procedimento dos companheiros; por este procedimento nobre, fiel e leal, o povo quotizou-se com júbilo e dentro em um momento juntou uma soma de dinheiro que foi oferecida ao vigário para liberdade de Antônio e sua mulher<sup>34</sup>.

Na narrativa, à humanização do escravo, indissociável de sua traição em relação aos seus “companheiros”, sucede um movimento contrário: “É regra, ainda não desmentida pela experiência – que o cativo, quando consegue a liberdade, é para a sua perdição! –; Antônio, logo que fica livre, entrega-se à embriaguez, com este horrível vício fez-se capanga de... *alguém* e vão assassinar a Valério Álvares, no bairro do Remédio”<sup>35</sup>. Forro, portanto, Antônio ficou sem ocupação que não a eventual de capanga e entregou-se à embriaguez – ou seja, tornou-se um “vadio”. Se esse termo só aparece mais adiante no artigo, não sendo empregado diretamente ao personagem, convém lembrar que o uso de “vadios” como membros de polícias privadas de potentados, caso de Antônio, remontava ao período colonial, situação observada por Laura de Mello e Souza (Souza, 1986, p. 81-82), como já se mencionou. Num momento da narrativa, a “Espora do galo” detém-se mais detalhadamente no episódio em que o vadio Antônio se move, com apoio de outros agressores, para assassinar Valério Álvares. Este, por sua vez, conforme a narrativa, aparece como um sujeito humano reduzido à condição de fera em luta pela sobrevivência, sem qualquer apoio social-civilizacional para garantir a sua existência, diante do feroz Antônio e de seus comparsas. Sob essa situação, age como um animal acuado: “[...] do bairro do Remédio, Valério, oprimido em quatro paredes, para se livrar de seus agressores, teve a feliz lembrança de, em momento tão

<sup>33</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863. p. 3.

<sup>34</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863. p. 3.

<sup>35</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863. p. 3.

crítico, reconhecer que, *para viver, era preciso matar a um deles e mata a Antônio, que avança adiante, a 9 de janeiro de 1862.*

Como se vê, a “Espora do galo”, em consonância com o seu codinome de origem animal e de luta, descreve o embate de Valério com Antônio reduzindo-os, ambos, sem dizê-lo explicitamente, à condição de animais em combate, sem qualquer interposição de freios e instituições sociais. A persona “Espora do galo” e, além disso, “Valério Álvares” e “Antônio” — personagens conectados pelas situações de animalidade que protagonizam e que derivam, direta ou indiretamente, da escravidão — servem de espora e de base para as próprias posições do autor do texto. Trata-se, primeiramente, de posições de enfrentamento contra uma escravatura sediciosa, que, como já salientara a “Espora do galo”, “quando consegue a liberdade, é para a perdição”. Trata-se, também, de alerta aos senhores, que a alimentam com “complacência e tolerância”, pondo em risco a ordem social. A ordem da animalidade, na verdade, justifica e orienta a dureza do articulista no que concerne à ordem social. A “Espora do galo”, assim, voltando-se contra a “[...] nova tentativa da parte dos escravos para conseguirem a liberdade” em 1862 e, além disso, procurando explicar “[...] os motivos próximos ou remotos desta vã esperança”, dedica-se a censurar os senhores:

A nímia complacência e tolerância, de certo ponto avessa ao nosso bem-estar, que temos com os escravos; o desrespeito mútuo do escravo para senhor e de senhor para escravo; a intervenção da autoridade nos castigos que os senhores dão aos escravos; a *vadiação dos escravos que vagam pelas ruas*; a falta de punição e sistema da parte dos senhores em fazer os escravos cumprirem com seus deveres; visto, como sabemos, muitos escravos obedecem às obrigações porque querem, e outros motivos *fazem com que eles se insurjam*<sup>36</sup>.

Para sossegar os leitores quanto às suas intenções, a “Espora de galo” afirma não defender que não se trate “com humanidade ao escravo que o mereça”. Entende que “[...] podemos ter-lhe amizade, acompanhada sempre de verdadeiro respeito, mas não *de mal-entendido respeito que hoje é moda*, que se degenera em licença a ponto de não se distinguir qual é o senhor e qual é o escravo”<sup>37</sup>. Coroando toda a sua argumentação, a “Espora do galo”, em passagem emblemática, reduz o escravo à condição de um animal, ou talvez ainda a de algo mais rebaixado, a de animal desprovido de inteligência precisa e já abatido para o consumo: “O senhor que entende que o escravo deve ser tratado só com doçura e amizade há de ser por ele mal correspondido; *o escravo, massa bruta composta de carne e osso, não tem*

<sup>36</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863. p. 3, grifo próprio.

<sup>37</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863. p. 3, grifo próprio.

*a inteligência precisa para alcançar e corresponder a tanta bondade*<sup>38</sup>. Ao discorrer sobre o texto “Insurreição”, da “Espora do galo”, não se pode deixar de destacar a sua descrição sobre a violência das autoridades contra a Insurreição de 1862 nem muito menos o gozo auferido pelo autor com todos os horrores da repressão. Primeiramente, conta que um “visionário” teve notícia sobre o movimento ouvindo o que dizia “[...] um preto proferir no largo do convento”, provavelmente, de São Francisco<sup>39</sup>. A notícia foi logo por ele transmitida ao “delegado de polícia”, que tomou “enérgicas medidas” para sufocar a tentativa de rebelião. Na descrição, não faltou o ingrediente relativo aos animais:

A polícia, as praças de linha, a infantaria e cavalaria da g. [guarda] n. [nacional] estava em movimento, rondando a cidade e os subúrbios, com ordem de prender os pretos que fossem encontrados de noite. Para todos os bairros d’onde constava haver algum indício revelador deste horroroso cometa, partiram diligências para capturar esses saudosos hóspedes do nosso amável carcereiro, *que o alçapão armado não de desgosta da caçada*<sup>40</sup>.

O resultado foi a prisão de “12 pretos indigitados como autores da carnificina pretendida por essa raça degenerada”; quando interrogados, a todas as perguntas, responderam com um “*não sei*”<sup>41</sup>. Com gozo pela vitória e ironia com relação aos derrotados, a “Espora do galo” descreve o que veio a suceder na data planejada para a insurreição, o Dia de Natal:

Graças à Divina Providência e à incansável atividade do digno dr. delegado de polícia, tranquilizou-se o espírito público agitado, e tivemos uma plácida e alegre noite de Natal, sem chuva, muitos foguetes à meia-noite e missa cantada, pregando de improviso no Evangelho o nosso jovem e ilustrado vigário<sup>42</sup>.

Contra a “insurreição escrava”, enfim, a “Espora do galo” propugnava o remédio de “outros tempos”: “Em outros tempos os escravos nunca se lembraram de insurreição, porque *a severidade, reunida a um trabalho constante*, era condição indispensável de ordem e do justo receio que tinham os escravos”<sup>43</sup>. A preservação da ordem, portanto, segundo a “Espora do galo”, exigia a combinação da severidade com trabalho constante e, por conseguinte, conclui-se, era inimiga da vadiagem.

*O Paulista*, em congruência com essas suas preocupações com os “vadios” e a “insurreição escrava”, ao abordar o tema trabalho numa de suas edições, associou-o ao da

<sup>38</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863. p. 3, grifo próprio.

<sup>39</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863. p. 3.

<sup>40</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863. p. 3, grifo próprio.

<sup>41</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863. p. 3.

<sup>42</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863. p. 3.

<sup>43</sup> *O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863. p. 3, grifo próprio.

Independência do Brasil<sup>44</sup>. Uma semana depois, voltando ao tema do trabalho, abordou-o à luz da questão da educação<sup>45</sup>. No texto, o periódico taubateano citou J. B. Say, “decano dos economistas”, e definiu o que entendia por trabalho:

[...] *é o trabalho a ação a que se entrega o homem para executar uma das operações da indústria, ou somente uma parte dessas operações. Qualquer que seja, acrescenta ele, a operação a que o trabalho se aplique, ele será sempre produtivo, pois concorre para a criação de um produto. Assim o trabalho do sábio, fazendo experiências ou livros é produtivo; o trabalho do empreendedor, embora não ponha em imediata prática é produtivo; enfim o trabalho do obreiro, desde o jornaleiro que cava a terra até o marinheiro que dirige a nau, é produtivo; o que tudo será o mesmo que dizer-se habitar ao trabalho, obrigar ao indivíduo a dar a suas faculdades um emprego produtivo*<sup>46</sup>.

Refutou a ideia de que a educação requeria vultuosos recursos e, ao mesmo tempo, afastou-se de uma compreensão de educação marcada pelos laivos aristocráticos, típicos da sociedade de então, isto é, da educação como sinônimo de interiorização de práticas de civilidade: “[...] um verniz aparente nas suas maneiras [...] entrar em uma sala, ou de entreter com mais ou menos sal uma conversação”<sup>47</sup>. Tratava-se, na verdade, de educação como trabalho: “a educação deve consistir no hábito do trabalho”. *O Paulista* mencionou a economia política, dizendo não ser sua intenção discorrer sobre ela. Explicou que a educação requer um envolvimento das autoridades, do “Estado”, mas também do “pai”, da “família”. Esta última seria muito importante para que não houvesse, da parte dos cidadãos, uma negação da educação. A família seria essencial para que o indivíduo “acostume-se a dar a todos os seus atos um cunho de moralidade e trabalho”, tornando-se, assim, “um bom cidadão”. Citou o que então se sucedia nos “países cultos, [onde haveria] um costume bem digno de ser imitado: ao par da educação científica, *tem sempre o indivíduo o conhecimento de um ofício*”<sup>48</sup>. O texto, além disso, mencionou o que estava sucedendo no Brasil de então, quando grandes fortunas derreteriam no curso das gerações, porque os pais esqueceram-se de preparar seus filhos para:

[...] nos revezes, tirem o seu pão do seu trabalho. É um engano manifesto em só cuidar o pai de deixar muito dinheiro a seu filho, o que acontece quase sempre é o filho gastar e o neto pedir esmolas. **Ainda mais julgam-se desonrados em fazer seus filhos frequentarem uma oficina; talvez não**

<sup>44</sup> *O Paulista*, n. 3, 23 out. 1862. p. 1.

<sup>45</sup> *O Paulista*, n. 4, 30 out. 1862. p. 1-2.

<sup>46</sup> *O Paulista*, n. 4, 30 out. 1862. p. 1, grifo próprio.

<sup>47</sup> *O Paulista*, n. 4, 30 out. 1862. p. 1.

<sup>48</sup> *O Paulista*, n. 4, 30 out. 1862. p. 1-2, grifo próprio.

**saibam que dois notáveis vultos da independência americana foram oficiais de ofício, Franklin e Washington**, aquele, tipógrafo, e se não tivera este meio de vida, talvez sua mocidade tivesse perecido de fome nas ruas de Londres, a quando para lá foi por sugestões de um amigo; e este, agrimensor balizeiro, filho de um fabricante de sabão, tornando-se o cidadão modelo, pela sua coragem cívica e dedicação à sua pátria. Na nossa própria história, vemos um dos grandes vultos da revolução de 7 de abril, **Evaristo Ferreira da Veiga, que foi tipógrafo e livreiro**, ao depois sendo hoje com razão considerado na nossa história como um de seus homens ilustres educação<sup>49</sup>.

O texto acrescenta outros exemplos de grandes homens que tiveram alguma experiência como oficiais, com trabalhos mecânicos: Dionísio de Siracusa, que, “[...] depois de rei, foi mestre de meninos; Luís XVI, este mártir dos feitos de seus antepassados, era um excelente serralheiro; e se a fúria do povo se contentasse em destroná-lo, privando-o de todos os seus bens, teria ele de que viver”; Carlos II, por ter Cromwell feito seu pai morrer no cadafalso, foi “[...] esmolar um abrigo de Stalhouder de Holanda”, falando-se ainda em “[...] tantos fatos de grandes homens e reis [que] se tornarem pobríssimos”<sup>50</sup>. Em conclusão, diz o redator:

[...] tenham os pais fortunas, façam seus filhos terem um meio de, na falta delas, não mendigarem o seu pão; sobretudo, aqueles que hoje são sustentados e vestidos por seus pais, mas que amanhã, pela sua falta, se tornarão caloteiros e traficantes, desde que a caridade pública se canse de sustentá-los<sup>51</sup>.

Ou seja, o aprendizado de um ofício mecânico por filhos de grandes homens seria um antídoto contra uma eventual queda na vadiagem, em razão de um possível empobrecimento futuro. Defende, ainda, que os que não foram ensinados por seus pais a ganharem o sustento com o trabalho próprio viravam “salteadores de estrada” etc., isto é, tornavam-se vadios. Para encerrar, afirma: “Eis, pois, seja a nossa divisa a mais nobre e a mais sublime — O TRABALHO”<sup>52</sup>.

Coube a *O Taubateense* publicar o texto, talvez o mais contundente e singular sobre os “vadios”, intitulado “A vadiação”<sup>53</sup>. Segundo o texto:

Entre as diversas classes de indivíduos que compõem a Nação Brasileira, uma das mais numerosas é certamente a de vadios, que não se dedicando a trabalho algum, só serve para incomodar a sociedade, tornando, portanto,

<sup>49</sup> *O Paulista*, n. 4, 30 out. 1862. p. 2, grifo próprio.

<sup>50</sup> *O Paulista*, n. 4, 30 out. 1862. p. 2, grifo próprio.

<sup>51</sup> *O Paulista*, n. 4, 30 out. 1862. p. 2.

<sup>52</sup> *O Paulista*, n. 4, 30 out. 1862. p. 2.

<sup>53</sup> *O Taubateense*, n. 76, 11 jul. 1863. p. 2-3.

necessário que se procure senão acabar com essa falange de vadios, ao menos reduzir o seu número, fazendo com que esses indivíduos tomem uma ocupação honesta e laboriosa na sociedade<sup>54</sup>.

Se a questão dos vadios remetia necessariamente aos problemas relativos ao trabalho, não é de se estranhar que *O Taubateense* tenha deslocado-se, no texto em exame, justamente para a “[...] questão do dia, que ventila-se frequentemente pela imprensa”, isto é, “[...] a da falta de braços”. Segundo o jornal, “[...] entendem os Escritores e os Estadistas que o Brasil caminha para o regresso porque, sendo a principal fonte de sua riqueza o progresso da lavoura, esta definha à falta de quem trabalhe”<sup>55</sup>.

Classificando a questão como “pretendido mal”, o texto destaca a solução que se apontava para a “salvação do Brasil”, a saber, “a introdução de braços livres”, para o que se propunha: “[...] favoreça-se a imigração e promova-se a colonização, que o Império irá a mil maravilhas”<sup>56</sup>. *O Taubateense*, no entanto, era de outro parecer, defendendo que “[...] o que mata o progresso desta importantíssima parte da América do Sul não é a falta de braços, outras são as causas de não progredir o país o tanto quanto é para desejar”<sup>57</sup>. Em seguida, o jornal arrola o que entende serem as causas do progresso inferior ao desejado: “[...] falta de boas estradas e de vias de comunicação”; a necessidade de “[...] introdução de máquinas na mesma lavoura a fim de poupar-se muitos braços, que podem ser aplicados em outros serviços” e, ainda, “[...] a principal questão que cumpre investigar-se”, isto é:

[...] descobrir-se um meio de obrigar os vadios a tomarem uma ocupação útil e honesta. É engano, e muito grande, dizer [...] que há falta de braços nos Brasil; é o que há em grande abundância, o que convém é que eles sejam aplicados convenientemente, se os vadios que existem entre nós emigrassem para o Estrangeiro, por sem dúvida, haveria excessiva vantagem para nós; porém, em vez de diminuir essa classe de indivíduos, pesadíssima para a sociedade, aumenta consideravelmente, porque, sem receio de errar, pode-se assegurar que *um terço dos colonos que entram para o Brasil são homens vadios por hábito e de péssima conduta*<sup>58</sup>.

*O Taubateense*, tomando a questão dos vadios (dos vadios já existentes no país aos vadios que chegavam do exterior como colonos) — processo que, se sabe, só se intensificaria depois, em 1875, com o começo da imigração italiana no Brasil (Manzio, 2023, p. 12) — como o mais importante impedimento ao progresso do Império do Brasil, defendia

<sup>54</sup> *O Taubateense*, n. 76, 11 jul. 1863. p. 2-3.

<sup>55</sup> *O Taubateense*, n. 76, 11 jul. 1863. p. 3.

<sup>56</sup> *O Taubateense*, n. 76, 11 jul. 1863. p. 2.

<sup>57</sup> *O Taubateense*, n. 76, 11 jul. 1863. p. 3.

<sup>58</sup> *O Taubateense*, n. 76, 11 jul. 1863. p. 2, grifo próprio.

que só haveria solução para o problema quando as autoridades tomassem medidas que conduzissem os vadios ao trabalho:

[...] urge que Autoridades tratem de obrigar os vadios a tomarem uma ocupação qualquer, basta remeter-se para o Exército uma meia dúzia de vadios de cada localidade, que os demais tratarão de trabalhar, ou então obrigue-se a essa gente a assinar o competente termo, à imitação do que está fazendo o digno chefe de Polícia da Corte; aos que quebrarem o termo, aplique-se a sanção penal, que muito lucraremos, e não se verá novamente nos subúrbios das povoações e mesmo pelas estradas, diversas tascas com meia dúzia de garrafas nas prateleiras e um magote de rapazes, luzidos e espertos, empregados na pequena casa de negócio, a jogar e beber. Oxalá que estas linhas façam com que nossas autoridades tomem em consideração este negócio e procurem imitar o louvável procedimento do Sr. Dr. Chefe da Polícia da Corte<sup>59</sup>.

Como se observou nos vários textos de *O Paulista* analisados até aqui, as relações travadas entre os animais serviram, eventualmente, como metáforas ou para analogias, que explicavam as relações humanas (o embate entre Valério e o alforriado pardo Antônio, delator da insurreição de 1854), fossem as sociais, fossem as de outra natureza. Ademais, expressões e termos relativos aos animais (“Espora do galo”, alçapão e caçadas) apareceram, por vezes, para dar cor e inteligibilidade a embates entre homens, concebidos, eventualmente, como animais, ou situados num escalão ainda mais baixo do que o proposto para as feras, tachados como “massa bruta composta de carne e osso”, sem “inteligência precisa”. O último texto analisado, de *O Taubateense*, por sua vez, contrapondo-se à ideia então disseminada no Império de que faltavam braços e de que a imigração seria uma solução e, ainda, concebendo que o problema estava nos vadios, nacionais e estrangeiros, propugnou a adoção de medidas para dar-lhes utilidade – temática que remontava à época colonial, como já se afirmou neste artigo. Isso representaria, por um lado, “obrigar os vadios a tomarem uma ocupação útil e honesta”, recorrendo-se até ao envio de mais de uma dezena deles ao Exército para amedrontá-los e, com isso, como decorrência, levá-los a aceitar o trabalho e/ou forçando-os a assinar um termo comprometendo-se a fazê-lo e, por outro, punindo-se os recalcitrantes na vadiagem com sanções penais. Nisso tudo, imitar-se-ia o “Chefe da Polícia da Corte”. Nas páginas seguintes, será possível encontrar congruências entre essa forma de tratar os vadios propugnada por *O Taubateense*, de impor-lhes a ordem, e aquela que o fiscal da municipalidade taubateana dispensou aos animais. Será possível, ademais, constatar, tanto em relação a *O Taubateense* como quanto a *O Paulista*, que, entre a análise da questão dos animais

---

<sup>59</sup> *O Taubateense*, n. 76, 11 jul. 1863. p. 2, grifo próprio.

e a problematização feita sobre os vadios, há uma homologia. *O Paulista*, além disso, veio a inserir a abordagem do tema dos animais numa reflexão política em que, de um lado, denunciava o despotismo e o patrimonialismo (não usando este termo, é claro) e, de outro, afirmava os direitos do cidadão proprietário. A imprensa de Taubaté, assim, se mostrava antenada com o que era candente à época.

*“A Matança de Cães” e outros textos dos dois jornais taubateanos*

Em 3 de maio de 1863, *O Paulista* ecoou e alimentou a polêmica aberta em Taubaté em torno da matança de cães. Com o texto “A Matança de Cães”, discorreu sobre o ocorrido, que, meses depois, também seria noticiado (e criticado) por *O Taubateense*. No texto, descreveu a “matança de cães” acontecida na cidade na presença do “povo”<sup>60</sup>. Ao descrevê-la, significativamente, usou como metáfora relações travadas entre animais de outras espécies (“lobos” e “pacíficas ovelhas”). Valendo-se dessa metáfora, na verdade, conferiu maior gravidade à situação. Antes, porém, demarcou, com o adjetivo “descalços”, a condição social inferior dos homens que protagonizaram a “matança”, provavelmente escravos ou egressos da escravidão, o que os tornava ainda mais vis e, talvez, podemos arriscar, próximos dos vadios. Em seus próprios termos, enfim, registrou: “Quatro homens descalços [...] e acompanhados por dois soldados mal trajados e semelhantes a lobos famintos, que caem sobre um rebanho de pacíficas ovelhas”<sup>61</sup>.

Além disso, *O Paulista* não economizou palavras para descrever o horror do morticínio, praticado em nome do “desempenho de deveres municipais”, mas que, na realidade, representava uma burla das leis municipais. Os homens:

[...] corriam por aqui e por ali à guisa de estonteados e matavam a poder de cacetadas tudo quanto encontravam, produzindo ao mesmo tempo grande alarido, resultado promíscuo do vagido das vítimas e da vozeria dos perseguidores. Aturdidos por semelhante balburdia, saímos à janela para examinar o que havia e fomos então informados de que a escolta, à ordem do fiscal da câmara, *acedia a desempenho de deveres municipais*<sup>62</sup>.

A matança envolveu, inclusive: “Alguns animais de estimação, como fosse, por exemplo, dois cachorrinhos pelúcios, muito bem tratados e um deles até anilado”<sup>63</sup>. Todavia, segundo o artigo 36 do código de posturas, a referida ação só poderia dar-se com “[...] cães e

<sup>60</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 1-2.

<sup>61</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 1, grifo próprio.

<sup>62</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 1, grifo próprio.

<sup>63</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 1.

animais daninhos, que com dono ou sem ele vagam pelas ruas, incomodando e prejudicando o público, e não aqueles, que vivendo recolhidos e tendo domínio certo, saem à rua por acaso ou temporariamente”<sup>64</sup>, contrapondo os cães que vivem “[...] recolhidos e tendo domínio certo” àqueles que não o têm, cães “daninhos”, os cães, enfim, passíveis de serem classificados como “vadios”. A escolta, de fato, praticara o contrário, porque “[...] devastava e exterminava sem critério tudo o que encontrava”, levando a violência ao extremo de “[...] fazer tentativas de invadir domicílios privados em perseguição de sua presa”<sup>65</sup>. Com isso, o periódico, na verdade, estabelecia uma contraposição que tinha na questão da propriedade e no domicílio fixo seus centros, menos do que na eventualidade dos animais causarem ou não dano, ou saírem ocasionalmente pelas ruas. Além de mencionar os “respectivos donos” dos animais, com todas as letras, bradava: “Não será lícito... a qualquer indivíduo possuir um cão ou outro animal, quando em nenhuma outra parte do império isso é vedado? Como, pois, legitimar-se semelhante procedimento tão atentatório ao direito de propriedade?”<sup>66</sup>.

Ao mesmo tempo, *O Paulista* lembrou as outras implicações dos fatos: a falta de inteligência e a imprudência por parte do fiscal e de sua escolta, o desrespeito à lei e a exorbitância das atribuições pelo referido funcionário, contrapondo-lhe uma definição sobre como ele deveria ser: “Um funcionário público, revestido, sim, de certa superioridade em relação à massa do povo, mas subordinado à lei, que traça os limites do seu poder”<sup>67</sup>. Concluindo essa argumentação na qual se veem ecos das Luzes de *Do Espírito das Leis* (1748), de Montesquieu, no que diz respeito ao império das leis em governos não despóticos, *O Paulista* valeu-se da menção ao “sultão”, figura oriental que constitui um lugar comum usado para se qualificar autoridades políticas como tirânicas no mundo ocidental, sentenciando: “Um fiscal não é um sultão, que pode a seu bel prazer fazer o que lhe vem à cabeça”<sup>68</sup>.

Em seguida, *O Paulista* introduziu um argumento, que parece remeter à natureza da sociedade imperial, uma ordem aristocrática, em que adereços de distinção social eram de uso essencial. Ordem, por conseguinte, na qual um certo ideal civilizatório de contenção de impulsos também se fazia presente. Assim, o jornal taubateano contrapôs os “[...] doguezinhas inofensivas e propriamente de galanteio” aos “[...] cães sem dono e sem governo, que excitados pelo instinto do cio, percorrem todas as noites as praças [...] perturbando o

<sup>64</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 1-2, grifo próprio.

<sup>65</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 1-2.

<sup>66</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 2, grifo próprio.

<sup>67</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 2.

<sup>68</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 2.

sossego”<sup>69</sup>. Em complemento a essa desordem instaurada com o “despotismo” do fiscal municipal, *O Paulista* voltou-se contra inações dele advindas no que diz respeito aos animais, fazendo indagações para saber de suas providências relativas à saúde dos munícipes, mais precisamente, à “extinção dos formigueiros”, à “proibição das vacas dentro da cidade durante a noite” e, ainda, à “propagação das vacinas” (que não é possível saber se visavam aos humanos ou aos animais), mas que traduzem uma preocupação com a higiene. Coerentemente, *O Paulista* concebia as ações do fiscal como “Patacoadas”, “[...] iludindo o público com atos insignificantes e de mera impostura”<sup>70</sup>.

Os cães, como se vê, não eram considerados iguais entre si e, ao mesmo tempo, uns e outros, bem como outras espécies, deveriam merecer a atenção da municipalidade, tudo isso em nome do bem “público”. A afronta da ordem maculou a propriedade, o “cão de raça fina”, o poder de um “senhor” “negociante” de Taubaté e, ainda, um ser “inocente”, que foi envenenado pelo fiscal; o negociante

[...] perdeu um pequeno cão de raça fina, que comprou no Rio de Janeiro por bom dinheiro, devido a uma almôndega envenenada, que lhe ministrou o fiscal transato, não obstante achar-se o animalzinho dentro da loja do seu senhor, ou sobre o balcão: que utilidade [...] resultou daqui para o público? Porventura, a câmara gratifica um homem para destruir aquilo que, por si, é inocente?<sup>71</sup>.

Reforçando a denúncia contra o despotismo do fiscal, *O Paulista* afirmou que, com suas práticas, ele agira “[...] para alardear a atividade, que não possui e para justificar a percepção do ordenado”<sup>72</sup>. Nas entrelinhas de toda a argumentação, vislumbra-se que *O Paulista* ecoava valores disseminados na ordem imperial – a lei, o bem público, a propriedade, a distinção social e a contenção dos instintos –, condenando, por isso mesmo, o despotismo. Mas, além disso, para o jornal e para aquela ordem sociopolítica, havia alguns animais que seriam inocentes. Naquela ordem, de fato, alguns taubateanos devotavam afeto a alguns de seus animais, ao menos os cães “pelúcios” e o “pequeno cão de raça fina”.

O jornal esmiuça um pouco mais os traços ideais das autoridades públicas naquela ordem imperial. Integrariam uma “carreira”, teriam “discernimento”, entregar-se-iam a uma missão e fiar-se-iam na lei, que não poderia ser sofismada ou ser objeto de relaxamento e condescendência. Tais autoridades deveriam, pelo contrário, conduzir-se com retidão e

<sup>69</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 2, grifo próprio.

<sup>70</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 2.

<sup>71</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 2.

<sup>72</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 2.

prudência na aplicação da lei. Ao mesmo tempo em que *O Paulista* reprovava os excessos do fiscal, defendia uma guerra à indolência e ao patronato<sup>73</sup>.

Em todo o texto, *O Paulista* denotava que a sua intervenção na polêmica sobre a “matança dos animais”, sucedida em Taubaté, ecoando-a e ampliando-a, embasava-se numa compreensão mais ampla, não apenas sobre as relações entre humanos e animais. Ela traduzia uma visão sobre a ordem política e social de então, defensora das leis, da propriedade e das distinções aristocráticas, de um certo ideal civilizatório cujos antípodas eram o despotismo e instintos descontrolados. As representações constitutivas de toda essa compreensão de mundo, sobre humanos e animais, a respeito das relações entre humanos e animais, articulavam-se, muitas vezes, pautando-se por uma certa homologia ou/e iluminando a compreensão umas das outras, valendo-se de figuras de linguagem, como a metáfora. Animais eram bons para se pensar sobre humanos e vice-versa, ou, ainda, as relações entre alguns animais esclareciam as relações dos humanos com outros animais. Nessa ordem – da lei, da propriedade, das distinções sociais e dos freios à pura animalidade –, não se pode esquecer jamais, alguns humanos moviam-se, em suas relações com *alguns* animais, por afetos.

Um exemplo de como as relações dos humanos com os animais domésticos serviam para aguçar o entendimento sobre o que se passava em domínio estritamente humano, assunto examinado detalhadamente na seção anterior deste artigo, viu-se, na edição de *O Paulista*, de 22 de novembro de 1863, na seção “O PAULISTA”, com o texto “Um agricultor brasileiro a seu país – III – O Agricultor”<sup>74</sup>. No texto, abordaram-se os temas da Independência do Brasil, o que hoje denominamos patrimonialismo<sup>75</sup>, e da Restauração Pernambucana (isto é, a expulsão dos holandeses de parte do Nordeste em meados do século XVII). O tema do patrimonialismo apareceu quando da discussão sobre a natureza e os objetivos dos partidos políticos brasileiros e, correlatamente, acerca do papel ocupado pelos funcionários públicos nesse quadro, os seus privilégios e os custos, que gerariam para a nação por eles vilipendiada. Ao fazer a discussão sobre esse último tema, *O Paulista* recorreu a uma metáfora referente ao mundo animal, indagando se o “cidadão brasileiro” não estaria sendo tratado como “animal doméstico” (e com isso radicalizando a animalização das relações humanas):

Haverá nada mais claro do que são os lugares rendosos, o único pensamento político que domina os nossos doutores? E que por seus interesses

---

<sup>73</sup> *O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863. p. 1-2.

<sup>74</sup> *O Paulista*, n. 100, 22 nov. 1863. p. 2.

<sup>75</sup> Sobre o patrimonialismo, ver: Weber (1982, p. 229-238); Faoro (2000, v. 1, p. 3-34 e 83-109); e Souza (2017, p. 12-23).

particulares, e não do povo, é que trazem a nação agitada continuamente, com eleições tumultuosas, onde *se avilta o cidadão brasileiro [SIC] a ponto de andarem pelas ruas agarrados, como criminosos, ou aferroados em quartos, ou pátios, como animal doméstico?!<sup>76</sup>*.

Em *O Paulista*, meses antes, duas semanas depois da publicação de “A matança de cães”, em 17 de maio de 1863, em “Publicações a Pedido”, encontra-se o texto “Resposta ao Publicador da *Matança dos Cães*”, assinado por Francisco Antônio da Silva Pestana e datado de 15 de maio de 1863<sup>77</sup>. O autor não era senão o fiscal da municipalidade, que refutou o título de sultão, que lhe fora atribuído e afirmou cumprir apenas o que determinava a lei, que não distinguiria animais com e sem donos que estivessem nas ruas. Portanto, o sanguinário fiscal taubateano, ao mesmo tempo em que convergia com seus críticos ao defender o primado da lei, não tomava a propriedade como elemento distintivo para o exercício de suas funções quanto aos animais.

Se a publicação do texto do fiscal mostra que *O Paulista* abria espaço para a controvérsia, outros textos publicados na sequência comprovam-no. Em 28 de maio de 1863, quase duas semanas depois da publicação do texto do fiscal, também em “Publicações a Pedido”, tem-se o texto “Atentado contra a propriedade do cidadão: O Dr. Pestanudo ou o Mata-Cães”, assinado por um tal de “dr. Ponto”<sup>78</sup>. Esse “dr.” protestou contra o fiscal, afirmando que ele matara “animais inofensivos que existem em suas [do cidadão] portas”. Em sua argumentação, dr. Ponto invocou o direito de propriedade e, ao mesmo tempo, adjetivou o fiscal e os seus feitos da seguinte forma: “*pestanejudos* arrufos de um homem” e “louco”<sup>79</sup>.

Já era julho do mesmo ano, e o debate não parecia ter fim. Na ocasião, ele foi apimentado, apelando-se à figura da “Vespa”, inseto de picada dolorosa cujos nome e imagem foram muito evocados em jornais da época, não só em *O Paulista*, para denotar certo clima de envenenamento ou de acirramento de disputas humanas, mormente as políticas. Em “BINÓCULO”, o texto “A Vespa não fugiu”<sup>80</sup> mencionou “a epidemia cachorrão”, expressou compadecimento e evocou o fantasma do castigo exemplar humano na leitura da relação com os animais. Reportando-se aos acontecimentos da matança, a Vespa negou ter-se retirado “à francesa, porque teve medo!”. Demarcando que a matança virara uma polêmica em Taubaté e explicitando certa mordacidade irreverente, com implícita analogia entre a publicidade do

<sup>76</sup> *O Paulista*, n. 100, 22 nov. 1863. p. 2, grifo próprio.

<sup>77</sup> *O Paulista*, n. 52, 17 maio 1863. p. 2-3.

<sup>78</sup> *O Paulista*, n. 55, 28 maio, 1863. p. 4.

<sup>79</sup> *O Paulista*, n. 55, 28 maio, 1863. p. 4.

<sup>80</sup> *O Paulista*, n. 65, 5 jul. 1863. p. 3.

suplício aplicado aos cães e aqueles usualmente referentes aos escravos, a Vespa explicou ter ido:

[...] passear e me livrar de alguma peste que possa produzir a matança dos cães, tanto a material como a literária [...] Nos jornais, a epidemia cachorril tem tomado o maior desenvolvimento possível. Nas ruas, isso então era medonho: alguns vi eu, como fosse na rua da Cadeia, em espetáculo por três dias, outros por detrás da quitanda, dependurados em estacas para regalo dos corvos e exemplo dos vivos. Pobres bichinhos! Nada! Enquanto pestanejarem ares desta ordem, é voar para longe, para não acontecer que, escapando da moléstia, não se morra do cura<sup>81</sup>.

Aberto à controvérsia, *O Paulista*, na mesma edição de inícios de julho de 1863, deu espaço para um defensor de visão contrária. Também em “Publicações a Pedido”, um “O amigo da justiça” mencionou as abordagens feitas pelo jornal e, igualmente, pelo concorrente, *O Taubateense*, a respeito dos “[...] feitos do fiscal da câmara municipal”<sup>82</sup>. O missivista saiu em defesa do fiscal, mencionando que “[...] ainda existem cães vagando de noite pelas ruas e andar um homem [está] sujeito a passar por caça nas garras d’um tal bruto”. Em seguida, perguntou se “[...] porventura a rua é a pastagem dos animais”, referindo-se a uma cabra que tinha sido morta<sup>83</sup>.

Veio de *O Taubateense*, na verdade, a reiteração de um argumento, o da defesa da propriedade, utilizado por *O Paulista* para combater o fiscal da câmara municipal. Ao mesmo tempo, coube-lhe a menção implícita a um tema também caro à época, o dos “vadios”, que reportava ao mundo do trabalho, então sacudido pelo temor de revoltas escravas, pelas pressões inglesas para que o Brasil abolisse a escravidão – das quais a Questão Christie foi um dos episódios – e pelo movimento abolicionista, que ganharia fôlego no Brasil a partir de 1868 (Alonso, 2015, p. 30). Em julho de 1863, no texto “COMUNICADO. Os cães de raça”, a propriedade apareceu como o norte da avaliação<sup>84</sup>. *O Taubateense* abordou os episódios envolvendo o sr. Fiscal e o público, chamando a atenção da Câmara Municipal. Mencionou a forma pouco prudente pela qual se tinha posto em execução o artigo 36, das posturas de 20 de abril de 1854, sobre a extinção dos cães vagabundos. Destacou que essa situação “[...] tem provocado reclamações de algumas pessoas, e explicações de parte do sr. Fiscal acerca da interpretação mais ou menos genérica deste artigo”<sup>85</sup>. Tomando posição, *O Taubateense* tachou o fiscal como arbitrário e defendeu que: “*Os cães que fazem mal são os que, não tendo*

<sup>81</sup> *O Paulista*, n. 65, 5 jul. 1863. p. 3.

<sup>82</sup> *O Paulista*, n. 65, 5 jul. 1863. p. 3.

<sup>83</sup> *O Paulista*, n. 65, 5 jul. 1863. p. 3.

<sup>84</sup> *O Taubateense*, n. 75, 4 jul. 1863. p. 3.

<sup>85</sup> *O Taubateense*, n. 75, 4 jul. 1863. p. 3.

*senhorio, vivem pelas ruas e praças, roubando e incomodando o público*, incitados pela fome, e não aqueles tratados com todo o cuidado por seus donos dentro de suas casas”<sup>86</sup>. Se *O Paulista* contrapôs os cães que vivem “recolhidos e tendo domínio certo”, àqueles que não o têm, os cães “daninhos”, *O Taubateense* foi ainda mais cirúrgico e identificou claramente quem eram os “cães que fazem mal”, isto é, aqueles que, “não tendo senhorios, vivem pelas ruas e praças, roubando e incomodando o público”. Não o disse com todas as letras, mas esses cães eram como os “vadios”. Uma semana depois, muito significativamente, o periódico publicou o texto sobre os vadios, em que tomava a vadiagem como o principal motivo para o progresso limitado do Império do Brasil, texto analisado ao final da seção anterior deste artigo.

Naquele contexto em que a escravidão demonstrava estar com os dias contados e em que alguns dela egressos devotavam horror ao trabalho, o qual aparecia como estigma associado à condição de cativo, nada mais esperado do que se condenar os vadios e o desejar-se impor-lhes o trabalho. A condenação dos vadios integrava uma ampla defesa da propriedade ou, no mínimo, das classes proprietárias e do trabalho escravo, ou das condições do trabalho compulsório (afinal é a defesa destas condições que está por trás da apreensão do colono imigrante como vadio, feita por *O Taubateense*, como se mostrou na seção anterior deste artigo). Por sua vez, a condenação do “Mata-cães” pelos jornais taubateanos, comungada por vários municípios, emanava dos mesmos princípios que orientavam a imprensa periódica no trato das questões da escravidão, do trabalho e, sobretudo, dos vadios. O tratamento das questões dos vadios e dos cães, enfim, era atravessado pela preocupação com a manutenção da ordem; a isso, no caso dos animais, menos pelos jornais e mais por parte das autoridades ou funcionários da Coroa, somava-se uma preocupação evidente com a “higiene” e saúde.

### *Considerações finais*

*O Paulista* e *O Taubateense*, periódicos de Taubaté de perfis similares, mas não exatamente iguais, ambos defensores da ordem monárquica, escravista e aristocrática imperial nos inícios dos anos 1860, ao abordarem as relações entre os humanos e os animais domésticos em 1863, também convergiram. As diretivas editoriais de ambos os periódicos, no geral, eram afins, com a única diferença de que o primeiro cultivava de modo mais intenso as polêmicas e as controvérsias.

---

<sup>86</sup> *O Taubateense*, n. 75, 4 jul. 1863. p. 3, grifo próprio.

Evidencia-se, nos textos dos dois jornais, que a questão dos animais e, em específico, a da matança de cães realizada por Francisco Antônio da Silva Pestana, fiscal da câmara municipal, eram abordadas segundo os parâmetros fixados por uma ordem política e social monárquica, escravista e aristocrática. As representações sobre o episódio da matança de cães, cuja crueldade comoveu parte dos súditos taubateanos, e acerca das relações entre humanos e animais eram indissociáveis de certos princípios, tais como a defesa da propriedade, do engajamento das camadas subalternas no trabalho sistemático, de veleidades aristocráticas de distinção social e da obediência à lei e, de modo correlato, da repulsa ao despotismo, ao desrespeito ao direito de propriedade, à vadiagem (neste caso, de modo enfático) e às práticas patrimonialistas. As relações entre os animais, ao mesmo tempo, serviram, de modo notório, para *O Paulista* alavancar a compreensão sobre as relações travadas entre humanos, reforçando as suas próprias posições quanto ao tema e, ademais, sobretudo quanto aos vadios.

Na Taubaté de meados do Segundo Reinado, os animais, nomeadamente os cães, sujeitavam-se à ordem vigente, monárquica, escravista e aristocrática, sacudida pelos problemas derivados da antevisão do fim da escravidão e, por conseguinte, da necessidade de encontrar braços para a lavoura. Sob essa ordem, enfim, mundo em que os animais não eram concebidos nem tratados como iguais entre si, havia, entre eles, alguns cães mais distintos, que *eram objeto de afeições, plurais e diferenciadas*; os cães vadios, assim como os vadios humanos, não eram dignos de comisseração, muito pelo contrário, deveriam ser enquadrados na ordem da propriedade (e, no caso dos vadios, na ordem do trabalho constante e disciplinado, tal como o trabalho escravo, ao menos segundo *O Taubateense*). Para além de estarem sujeitos à ordem social, os cães, ao menos alguns deles, eram dignos de afetos, entremeados por “galanteios”.

Enfim, de modo mais geral, as relações dos homens com os animais servem-nos para pensar, sendo, geralmente, concebidas a partir das hierarquias que são as nossas, humanas, variáveis conforme os tempos e os espaços em suas especificidades, havendo ou não, eventual ou frequentemente, lugar para afeições. Ao mesmo tempo, tais relações servem-nos como metáforas de relações humanas, ou como referências para analogias fundamentais para compreendermos estas últimas. De um ou de outro modo, os “animais são bons para pensar”, mais do que, quem sabe, para nos nutrir e serem amados. Isso se deu em Taubaté, nos idos de 1863 e, ademais, ocorre no Brasil de inícios de 2024, como mostra o sucedido em relação ao cavalo Caramelo, aos inúmeros cães, gatos e outros animais das terras gaúchas. Ocorre, também, desde muito tempo, nas terras do Maranhão, onde se criam, se matam, se

comem e se celebram os bois, na realidade e simbolicamente, misturando-se os afetos, o manjar a sua língua e também as hierarquias sociais.

## Referências

### Documentos

AGUIAR, Conde de. Correspondência do Conde de Aguiar ao Juiz de Fora da Cidade do Rio de Janeiro. *Registro de Avisos e Ofícios – notações dos livros da Corte*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 8 out. 1810. p. 55-5V.

ANTT-IGP (Arquivos Nacionais da Torre do Tombo – Lisboa, Portugal), Intendência Geral de Polícia, Livro 5, 1795-1799.

FRANCO, Francisco de Mello. *Elementos de Hygiene, ou dictames theoreticos, e praticos para conservar a saúde, e prolongar a vida publicado por ordem da Academia Real das Sciencias pelo seu sócio Francisco de Mello Franco*. 2 ed. Lisboa: Typografia da Academia, 1819.

LUIZ DO REGO e a posteridade: Estudo Histórico sobre a revolução pernambucana de 1817. *Diário de Pernambuco*, n. 0285-2, 9 dez. 1861. p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/029033\\_04/5311?pesq=%221817%22](http://memoria.bn.br/docreader/029033_04/5311?pesq=%221817%22) Acesso em: 12 maio 2024.

RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *A Revolução da América*. Trad. de Regina Clara Simões Lopes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVA, José Candido de Deos e. Proclamação. *O Conciliador do Maranhão*, n. 5, 29 abr. 1821. p. 40. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749524/38> Acesso em: 15 maio 2024.

- Arquivo Histórico Municipal “Félix Guisard Filho, Taubaté, SP.

*O Paulista*, n. [1], 5 out. 1862.

*O Paulista*, n. 3, 23 out. 1862.

*O Paulista*, n. 4, 30 out. 1862.

*O Paulista*, n. 97, 12 nov. 1862.

*O Paulista*, n. 23, 19 jan. 1863.

*O Paulista*, n. 21, 22 jan. 1863.

*O Paulista*, n. 47, 26 abr. 1863.

*O Paulista*, n. 49, 3 maio 1863.

*O Paulista*, n. 52, 17 maio 1863.

*O Paulista*, n. 55, 28 maio, 1863.

*O Paulista*, n. 65, 5 jul. 1863.

*O Paulista*, n. 98, 8 nov. 1863.

*O Paulista*, n. 100, 22 nov. 1863.

*O Taubateense*, n. 1, 29 ago. 1761.

*O Taubateense*, n. 33, 31 ago. 1862.

*O Taubateense*, n. 75, 4 jul. 1863.

*O Taubateense*, n. 76, 11 jul. 1863.

### **Bibliografias**

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868 - 88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e interpretações*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. *Fronteiras: revista de História*, Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

DARNTON, Robert. Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos na Rua Saint Séverin. In: DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 103-140.

DORNELAS, Helena. Janja chora e comemora resgate de cavalo caramelo no RS. O cavalo que estava ilhado em um telhado de Canoas, no Rio Grande do Sul. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 9 maio 2024. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2024/05/6854140-janja-chora-e-comemora-resgate-de-cavalo-caramelo-no-rs.html#google\\_vignette](https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2024/05/6854140-janja-chora-e-comemora-resgate-de-cavalo-caramelo-no-rs.html#google_vignette) Acesso em: 15 maio 2024.

DUARTE, Regina Horta. Cavalinhos, leões e outros bichos: o circo e os animais. *Varia História*, n. 36, p. 97-106, jan. 2002.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 10. ed. São Paulo: Globo: Publifolha, 2000. v. 1.

FARIA, Regina Helena Martins de. *Em nome da ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

FRAGUITO, Giovanna. Crítica de Nikolas Ferreira à comemoração de Janja por resgate de cavalo: Primeira-dama ficou emocionada com o resgate do cavalo Caramelo. *Veja*, São Paulo: Abril, 10 maio 2024. Disponível em:

[https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/a-critica-de-nikolas-ferreira-a-comemoracao-de-janja-por-resgate-de-cavalo#google\\_vignette](https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/a-critica-de-nikolas-ferreira-a-comemoracao-de-janja-por-resgate-de-cavalo#google_vignette) Acesso em: 15 jun. 2024.

GONÇALVES, Eduardo. Cavalo Caramelo: antes vítima de maus tratos, animal é requisitado com 20 pedidos de adoção por dia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 maio 2024. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/sos-rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/16/cavalo-caramelo-antes-vitima-de-maus-tratos-animale-requisitado-com-20-pedidos-de-adocao-por-dia.ghtml>

Acesso em: 1 jun. 2024.

GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: “a Questão Christie”. *Revista de História*, São Paulo, v. 24, n. 49, p. 117-138, 1962.

HAESBAERT, Juliano. Vídeo: Caramelo, o cavalo símbolo da resistência gaúcha agora está bem: emoção marca o salvamento de Caramelo, o cavalo que comoveu o Brasil após ficar ilhado em telhado durante enchentes no Rio Grande do Sul. Portal *Terra*, 10 maio 2024.

Disponível em:

[https://www.terra.com.br/noticias/video-caramelo-o-cavalo-simbolo-da-resistencia-gaucha-agora-esta-bem,a7913edf52fb1b9da9e3e3388e79d420wiazpv0q.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/noticias/video-caramelo-o-cavalo-simbolo-da-resistencia-gaucha-agora-esta-bem,a7913edf52fb1b9da9e3e3388e79d420wiazpv0q.html?utm_source=clipboard)

Acesso em: 19 maio 2024.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Totemismo hoje. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *A noção de estrutura e etnologia; Raça e História; Totemismo hoje*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. P. 99-181.

MACEDO, Fausto. Cavalo Caramelo e quando a água baixar. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 maio 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/cavalo-caramelo-e-quando-a-agua-baixar/> Acesso em: 22 maio 2024.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1977-1978. v. 1.

MASSIMI, Marina. As ideias psicológicas de Francisco de Melo Franco, médico e iluminista brasileiro. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 83-90, 1991.

MATSUKI, Edgar. Doações destruídas; morte do Caramelo e mais: 20 fake news sobre o RS. *Metrópoles*, Brasília, DF, 16 maio 2024. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/doacoes-destruidas-morte-do-caramelo-e-mais-20-fake-news-sobre-o-rs> Acesso em: 2 jun. 2024.

NUNES, Rossana Agostinho. *Nas sombras da libertinagem: Francisco Agostinho Gomes (1757-1822)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

**Outros Tempos**, vol. 21, n. 38, 2024, p. 81-114. ISSN: 1808-8031

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. União Internacional Protetora dos animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 75, p. 297-318, 2017.

RUSCHEL, René. Governo do RS é um festival de mentiras e desnuda a imagem que Leite vende à população. *Carta Capital*, São Paulo, 21 maio 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaõ/governo-do-rs-e-um-festival-de-mentiras-e-desnuda-a-imagem-que-leite-vende-a-populacao/> Acesso em: 2 jun. 2024.

SOUZA, Laura de Mello. Da utilidade dos vadios. In: SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 51-90.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

YOUSSEF, Alain El. Questão Christie em perspectiva global: pressão britânica, guerra civil norte-americana e o início da crise da escravidão brasileira (1860-1864). *Revista de História*, São Paulo, n. 177, p. 1-26, 2018.